

Caça ao espaço na TV

Ricardo Noblat

O ex-governador Fernando Collor de Mello recusou o apoio que o PSD, do ex-ministro César Cals, não lhe ofereceu. O PSD ficou sem candidato a presidente da República, desde que o ex-prefeito Jânio Quadros renunciou a disputar a eleição de novembro. Collor de Mello descartou a companhia do PSD, porque não o reconhece como um partido sério. E por que sua candidatura nada tem a ver com os partidos políticos. Certo?



Errado. Collor de Mello cresceu como candidato, de fato, à margem dos partidos e dos políticos. Cresceu por se apresentar, entre outras coisas, como antipolítico e antipartido — embora não seja, de fato, nem uma coisa nem outra. É político desde o berço. Militou no PDS, depois no PMDB, mais tarde no PJ, para se fixar, temporariamente, no PRN, onde se encontra. Concluiu que se desgastaria se aceitasse a ajuda do PSD.

Rejeitou-a, sem que ela lhe tivesse sido sugerida. Descobriu que poderá atrair a adesão de políticos sem precisar arcar, necessariamente, com o ônus de receber, de contrapeso, o apoio de legendas desgastadas. Collor de Mello nega, mas anda atrás de senadores e deputados, por duas razões. A primeira, é que sem eles ficará fraco, lutará sozinho para se eleger e se tornará mais vulnerável à acusação de que não passa de um aventureiro.

Governará com quem? Quem garantirá dentro do Congresso a aprovação de suas mensagens? Que forças econômicas poderosas se arriscarão a avalizar a eleição de um candidato que poderá vencer, sem ter assumido compromissos com ninguém — assim, meio solto no espaço convencional da política? Eleito dessa forma, ele poderá tentar fazer qualquer coisa — de um governo sensato a um governo irresponsável, maluco, imprevisível.

Faltam-lhe experiência e competência comprovada para que inspire, por ora, a menor confiança de que fará um governo sensato e razoável, pelo menos. A caça silenciosa e disfarçada, que faz a senadores e deputados, tem a ver com a impressão que precisa

passar de que terá respaldo político e parlamentar para administrar o país. A caça tem a ver, também, com o exíguo espaço de propaganda eleitoral gratuita que obteve até agora.

Foi uma bem montada estratégia de aproveitamento de espaço na televisão e no rádio, e que empinou a candidatura a presidente do ex-governador de Alagoas. O combate aos marajás do funcionalismo público foi um extraordinário achado publicitário. O ataque às distorções da máquina administrativa é obrigação de qualquer governante que se julgue sério. Outros governadores de estados enfrentaram os marajás até com mais sucesso.

O ex-governador Waldir Pires, da Bahia, foi um deles. Mas não fizeram ou não quiseram fazer o alarde publicitário em torno do assunto que Collor de Mello fez com tanto sucesso. Os cinco minutos de propaganda eleitoral gratuita que o PRN assegura a Collor de Mello, a partir de setembro próximo, não serão suficientes para que ele possa ir além dos clichês que tem oferecido até agora para ilustrar o que pensa e pretende.

A aliança com senadores e deputados lhe ampliará o tempo na televisão e no rádio. A lei eleitoral aprovada pelo Congresso criou a esdrúxula figura da “adesão” para efeito de concessão de tempo no horário gratuito de propaganda eleitoral. Um parlamentar poderá aderir a um candidato, sem que o partido dele, necessariamente, se coligue com o partido do candidato. A adesão será levada em conta no momento do cálculo do tempo na TV.

Os partidos têm até 15 de agosto para registrar seus candidatos a presidente da República. Até lá, os parlamentares poderão dançar a ciranda da adesão oportunista, que aumentará o tempo dos candidatos no rádio e na TV. A saída de um parlamentar da companhia de um candidato, e sua mudança para a vizinhança de outro, não encurtará o tempo de propaganda eleitoral daquele que o perdeu.

Um exemplo absurdo: se o PMDB, de repente, perdesse metade de sua bancada no Senado e na Câmara dos Deputados, nem por isso perderia um só dos 22 minutos que terá no rádio e na televisão, entre setembro e novembro. A lei eleitoral foi concebida de maneira a preservar os interesses dos maiores partidos, abrindo brechas para a defesa de interesses que, mais tarde, se revelam poderosos. O casuismo não morreu com o regime anterior.